PERFIL DO CRIMINOSO DO COLARINHO BRANCO NA JUSTIÇA FEDERAL DO BRASIL¹

Vetores da pesquisa: 150 ações penais julgadas, entre janeiro e dezembro de 2023, pelos Tribunais Regionais Federais das 1^a, 2^a e 3^a Regiões.² Trataram-se de acórdãos que confirmaram condenações impostas em primeiro grau, por crimes de colarinho branco da competência da Justiça Federal (57 ações penais no TRF1, 48 no TRF2 e 45 no TRF3).³

Parâmetros: gênero, idade à época dos fatos (data da entendida como da cessação das condutas delitivas), raça, grau de escolaridade, bem como a profissão de 290 condenados, os Autores chegaram aos seguintes resultados: (1) 240 condenados eram do gênero masculino (82,75%), enquanto que 50 eram do gênero feminino (17,24%); (2) Na época dos fatos, 73 dos condenados possuíam entre 30 e 39 anos (25,17%), 68 entre 40 e 49 anos (23,44%), 56 entre 50 e 59 anos (19,31%), 25 entre 18 e 29 anos (8,62%), 15 entre 60 e 69 anos (5,17%), 7 entre 70 e 79 anos (2,41%), 1 entre 80 e 89 anos (0,34%), sendo que nenhum possuía mais de 89 anos de idade; demais disso, não foi possível identificar a idade de 45 condenados (15,51%); (3) 116 condenados eram brancos (40%), 55 eram negros (18,96%), não tendo sido possível identificar a raça de 119 condenados (41,03%); (4) 49 condenados possuíam ensino superior completo (16,89%), 14 ensino superior incompleto (4,82%), 26 ensino médio completo (8,96%), 6 ensino médio incompleto (2,06%), 18 ensino fundamental completo (12,41%), 15 ensino fundamental incompleto (6,20%), 3 eram analfabetos (1,03%), não tendo sido possível identificar a escolaridade de 159 condenados (54,82%); (5) As profissões com maior incidência no levantamento foram empresário (38 condenados ou 13,10%), comerciante (25 condenados ou 8,62%), servidor público (19 condenados ou 6,55%), aposentado (9 condenados ou 3,10%) e motorista (9 condenados ou 3,10%); outras profissões aqui não discriminadas representariam (131 condenados ou 45,17%), não tendo sido possível identificar a profissão de 59 condenados ou 20,34%.

¹ MACHADO, Vanessa Borges Santos; FERREIRA, Humberto Tostes.

² O Tribunal Regional Federal da 1^a Região (TRF1) tem jurisdição sobre os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. O Estado de Minas Gerais deixou de pertencer ao TRF1, passando a funcionar como o Tribunal Regional Federal da 6^a Região (TRF6), em agosto de 2022. O Tribunal Regional Federal da 2^a Região (TRF2) tem jurisdição sobre os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Por sua vez, o Tribunal Regional Federal da 3^a Região (TRF3) possui jurisdição sobre os Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo.

³ Vale dizer, os seguintes crimes: apropriação indébita previdenciária, estelionato, fraude eletrônica, estelionato previdenciário, peculato, peculato eletrônico, corrupção passiva, corrupção ativa, descaminho, contrabando, sonegação de contribuição previdenciária, crimes licitatórios, crimes contra o sistema financeiro nacional, crimes contra o mercado de capitais, crimes contra a ordem econômica, crimes contra a ordem tributária, crime contra o meio ambiente, lavagem de dinheiro e crimes de associação ou organização criminosa para a prática dos crimes anteriores.